

SEMINÁRIO REGIONAL

“VIOLÊNCIA URBANA E SAÚDE PÚBLICA”

**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO REALIZADO EM RECIFE NOS DIAS
27 e 28 DE MAIO DE 2002**

Realização:

**Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos
Deputados**

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

Câmara Municipal do Recife

Conselho Nacional de Saúde

Apoio:

Conselhos Estaduais de Saúde da Região Nordeste

APRESENTAÇÃO

Este Seminário, resultado de uma parceria entre o Conselho Nacional de Saúde - CNS, a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados - CDUI e a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPE, discutirá a violência urbana em suas diversas manifestações e a sua estreita relação com as questões da saúde pública e do desenvolvimento urbano.

A sua realização está atendendo às recomendações da Carta de Brasília, elaborada durante o Seminário Nacional sobre Violência Urbana e Segurança Pública, realizado em outubro de 2001, na Câmara dos Deputados, em Brasília, sob a coordenação do CNS e da CDUI.

As experiências regionais que serão discutidas por políticos, especialistas, lideranças do movimento social e organizações não-governamentais da Região Nordeste, serão consolidadas em um documento que deverá incluir as discussões ocorridas nas outras quatro regiões do país, servindo de base para a montagem de seminário, em nível nacional, sobre o assunto, ainda no decorrer de 2002.

Para a realização deste evento, além da participação do CNS, da CDUI e da ALEPE, tem sido de fundamental importância o apoio da Câmara Municipal do Recife e dos vários representantes de entidades públicas e de organizações da sociedade.

O Programa pretende ser o mais abrangente possível, mas o pleno êxito do Seminário com certeza será alcançado a partir das experiências e discussões que forem travadas pelos seus participantes.

PROGRAMAÇÃO

27 DE MAIO

Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

8h – CREDENCIAMENTO

8h30 – ABERTURA

Deputado João Braga – Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania.

Vereador Cordeiro de Deus – Representante da Câmara de Vereadores do Recife

Deputado Djalma Paes – Representante da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados

Ruy Germano Nedel – Representante do Conselho Nacional de Saúde

Luciano Siqueira – Vice-Prefeito da Cidade do Recife

Geraldo Pereira - Vice-Reitor da UFPE

**9h30 – MESA REDONDA: VIOLÊNCIA URBANA:
DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS DE SOLUÇÃO**

Geraldo Pereira - Vice-Reitor da UFPE

Ruy Germano Nabel – Secretário Executivo do CNS

Ronidalva de Andrade Melo – Pesquisadora da FUNDAJ

Presidente: Deputado João Braga

14h – GRUPOS TEMÁTICOS

Salas serão definidas durante a manhã

GRUPO I – VIOLÊNCIA URBANA E SAÚDE PÚBLICA e VIOLÊNCIA, DESENVOLVIMENTO URBANO E EDUCAÇÃO.

Deputado Djalma Paes – Membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados

Mario – Representante do Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Luciano Siqueira – Vice-Prefeito do Recife

Cláudia Araújo dos Santos – Assessora Técnica da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde

Olinda Maria Marques dos Santos – Técnica do Cearah Periferia

Lygia Maria Pereira da Silva – Professora da UPE/Centro de Ensino e Pesquisa em Emergência, Acidentes e Violência contra Crianças

Presidente: Deputado Garibaldi Gurgel

Relatora: Alessandra Ximenes (Conselho estadual de Saúde/PE)

GRUPO II – VIOLÊNCIA URBANA, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA e VIOLÊNCIA URBANA E SOCIEDADE CIVIL

Luciano Maia – Procurador Regional da República

Deputado Sérgio Leite – Vice-Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

Lúcia Pontes – Conselho de Defesa do Cidadão

Roberto Franca – Secretário de Políticas Sociais de Olinda

Leda Dantas – Conselho Nacional de Saúde

Ana Cristina – Casa de Passagem

Roberto Monte – Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte

Elizabeth Souza Amorim - Professora da UPE/Centro de Ensino e Pesquisa em Emergência, Acidentes e Violência contra Crianças

Presidente: Deputado João Braga

Relator: Luciano Maia (Procurador Regional da República)

28 DE MAIO

Plenário II da Câmara de Vereadores do Recife

9h – Apresentação e discussão dos relatórios dos Grupos Temáticos.

Presidente: Vereador Cordeiro de Deus

Secretário: James Lewis Gorman Jr.

RELATÓRIOS DOS GRUPOS

GRUPOS I E II - SEMINÁRIO VIOLÊNCIA URBANA E SAÚDE PÚBLICA

FAZER UM TRABALHO EFETIVO E INTEGRADO JUNTO À SOCIEDADE, NO SENTIDO DE CUMPRIR O QUE ESTÁ GARANTIDO NO ESTATUTO DA CIDADE, OU SEJA, CONSTRUIR UMA POLÍTICA URBANA, CRIAR OS CONSELHOS MUNICIPAIS E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, REALIZAR A CONSULTA POPULAR E O PLEBISCITO;

GARANTIR QUE OS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 20.000 HABITANTES FAÇAM SEU PLANO DIRETOR GARANTINDO O PLANEJAMENTO COM PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO;

CRIAR UM FÓRUM PERMANENTE PARA PENSAR A VIOLÊNCIA;

CRIAR ESTRATÉGIAS PARA SENSIBILIZAR A SOCIEDADE SOBRE A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA, NO SENTIDO PRINCIPALMENTE DE TRABALHAR A QUESTÃO DO PRECONCEITO;

INVESTIR NA RECUPERAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA;

REEQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE PARA GARANTIR UM MELHOR ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA;

INVESTIR NA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA MELHOR QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA;

INVESTIR EM CAMPANHAS EDUCATIVAS JUNTO À POPULAÇÃO COMO A REALIZADA PELO DETRAN EM PERNAMBUCO, QUE TEM UTILIZADO PALHAÇOS PARA ORIENTAR E SENSIBILIZAR OS MOTORISTAS DE TRANSITO;

IMPLANTAR NÚCLEOS DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA;

ARTICULAR TODAS AS POLÍTICAS SETORIAIS, TAIS COMO: SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, EMPREGO E RENDA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. A VIOLÊNCIA NÃO PODE SER VISTA APENAS COMO QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA;

INCREMENTAR POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, PASSANDO A MESMA, A SER PRIORIDADE DOS GOVERNOS ESTADUAIS, MUNICIPAIS E FEDERAIS;

REFORMULAR OS CONSELHOS ESCOLARES PARA GARANTIR A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COMUNIDADE;

TAXAR IMPOSTOS NAS BEBIDAS ALCÓOLICAS;

INIBIR O HORÁRIO DO USO DO ÁLCOOL;

FAZER UM MAPEAMENTO DOS DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA;

GARANTIR ATENDIMENTO INTERSETORIAL DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE;

SENSIBILIZAR A SOCIEDADE SOBRE A QUESTÃO RACIAL;

APROFUNDAR OS ESTUDOS SOBRE A RELAÇÃO DROGAS, VIOLÊNCIA E POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA;

INVESTIR NO TRABALHO INTERSETORIAL EFETIVO, NO SENTIDO DE CONSTRUÇÃO DA SOLIDARIEDADE DA SOCIEDADE.;

ATUAR NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E NA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE FORMA MULTIPROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR, BUSCANDO MINIMIZAR OS DANOS A CURTO E A LONGO PRAZO, PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL.

GRUPO II

VIOLÊNCIA URBANA, JUSTIÇA, SEGURANÇA E SOCIEDADE.

Presidência dos Trabalhos: Deputado João Braga

Relator: Luciano Mariz Maia

Iniciados os trabalhos, foi dada a palavra aos expositores, que se pronunciaram como segue:

Luciano Mariz Maia (Procurador Regional da República): O sistema punitivo não é o meio mais eficaz para prevenir e combater a violência. Não age para prevenir delitos, mas para tentar punir seu cometimento. A violência deve ser objeto de uma ação articulada de vários setores governamentais, nas várias esferas de

governo, junto com a sociedade civil, para atuar sobre os fatores que propiciam sua ocorrência.

Roberto Monte (CEDHC RN). É preciso montar uma nova matriz para se pensar a luta contra a criminalidade e a violência. Fala-se muito em polícia comunitária, mas se esquece de falar sobre os outros modelos possíveis para a polícia. Um enfoque sobre a vítima deve ser desenvolvido, para se consolidar um Sistema Nacional de Proteção das Vítimas de Violência.

Leda Dantas (CNS). Lembra a importância de abordar e compreender o contexto cultural. O passado servindo para identificar as bases em que se funda a sociedade. Mas sendo a noção e a perspectiva que se tem para o futuro o fator que define o homem (citando Sartre: "o homem se define não pelo seu passado, mas por seu futuro"). As pessoas simples têm maneiras delicadas de tratar o outro. Entende que a "naturalidade" com que se violam os direitos humanos em geral produz o sentimento de que a violência também é "natural". Aponta não bastar cuidar das consequências, mas intervir sobre os fatores. Lembra, ainda, que o problema do Brasil não está no número de pobres, mas nos números da desigual concentração de rendas. Por fim, é preciso vencer o "cacoete" de que segurança pública equivale a repressão.

Graça Pires (Casa de Passagem). Observa a importância de se investir em espaços para jovens, de modo a permitir sua plena socialização. A família deve ser fortalecida.

Lúcia Pontes (Ch. Gab. do Governador, Conselho do Cidadão). Faz análise pelo ângulo do gestor público. Corporações estão sendo mais bem equipadas. O Mapa Criminal tem servido para identificar a mobilização da criminalidade. Indica a importância de serem feitas pesquisas de vitimização. O Conselho do Cidadão pretende ser um veículo de comunicação com a sociedade. Lembra que o combate à violência é responsabilidade não só do governo, mas de todos.

Roberto Franca (Séc. Políticas Sociais de Olinda). Comenta que antes violência era problema das polícias. Hoje há visão globalizante e abrangente. É um problema das políticas públicas. Os municípios ainda não estão sendo inteiramente integrados no combate à violência. O Plano de Segurança do Governo Federal é fraco, quanto ao papel dos municípios. Observa ainda que o Governo Federal tem bons programas de inserção social dos jovens, mas esses programas são sub-dimensionados, e não atendem à demanda existente. Por outro lado, é preciso um policial com visão humana, mas que não pense que é um assistente social. A sociedade precisa da polícia enquanto polícia. E de assistentes sociais, também.

Dep. Sérgio Leite. A segurança pública foi tema deixado fora da agenda por muito tempo. Não havia propostas para aperfeiçoar um modelo atrasado. Ainda hoje não há política de combate ao crime organizado. Há um sucateamento do Estado, e a impunidade é geral. É preciso um mutirão contra a violência, para

inserir o debate contra a violência na agenda, com a presença de todos os poderes constituídos do Estado, com ampla mobilização e participação da sociedade.

Dep. João Braga. Adverte que é preciso identificar a raiz da violência. Observa que há dez anos a situação social é praticamente a mesma, mas os índices de violência cresceram bastante, e não se compreende porque. Talvez haja hoje maior transparência na divulgação do fenômeno. O conhecimento dos dados atuais sobre a criminalidade permitirá o desenvolvimento de ações preventivas contra o crime e a violência. Também é preciso combater um certo cinismo existente em alguns setores da sociedade, que faz com que alguns compreendam que, se os criminosos não são punidos, parece não haver vantagem em ser honesto. Cita o exemplo do programa de “Tolerância Zero”, em Nova York, que a mudança na forma de gestão produziu queda dos índices de criminalidade. Há uma energia, sem custo, que pode e deve ser aproveitada. A participação efetiva da população. Se o governo não tem condições de colocar em cada rua um policial honesto, existem em cada canto das cidades dois olhos atentos de um cidadão de bem. Essa energia do povo não pode ser desperdiçada. A fórmula para vencer a criminalidade é a instituição de canais para efetiva participação popular.

DEBATES. Concedida à palavra para os participantes do seminário, foram colhidas as seguintes manifestações: Celso Rodrigues (do Pina): um programa de controle da natalidade da população pobre, e o uso da televisão, orientando como se proteger da violência, são medidas eficazes; Elias Marques (Cons. Munc. Saúde JP/PB e Del. Polícia): identifica uma certa insensibilidade da sociedade para reagir, e indaga como encontrar o diagnóstico e as soluções; Jairo (Pres. Cons. Moradores OR 5): os policiais não são devidamente capacitados; falta, em geral, um devido respeito às leis; Íris (Fórum das Mulheres de PE): é preciso trazer a mídia para o debate; Humberto Viana (Cel. e Séc. Seg. Social do Mun. do Cabo): indaga se a sociedade está preparada para interagir com a área de segurança; critica a falta de sistematização dos modelos de segurança, onde o município não sabe qual o seu papel; observa a necessidade de realizar mudanças na cultura das PMs, para superação de uma memória de uma polícia que não deu certo; observa ser preciso inverter a lógica atual de intervenção, passando a conferir maior importância ao poder de decisão do órgão local de segurança; Maria do Carmo (Cons. Mun. Saúde JP): é preciso um mutirão contra a violência, partindo de iniciativas de órgãos governamentais; Luciano Vieira (Cons. Saúde PB): lembra a situação de discriminação e vulnerabilidade dos homossexuais, que são discriminados a partir de suas próprias famílias; Severino (Cons. Saúde PB): lembra a importância de os policiais só poderem portar armas de suas instituições; Everaldo Rodrigues (sem registro); Ulisses Araújo (UEE/PE): comenta que a violência encontra entre os jovens suas maiores vítimas, e também seus maiores autores; observa que família, educação e sentimento de religiosidade fortalecem os mecanismos de controle social, que são eficazes contra a violência; é preciso aproveitar as potencialidades dos jovens, e incentivar sua participação social; Verônica Azevedo (Delegada): observa a importância do trabalho da polícia junto

com as comunidades; Cristina Mendonça (Casa de Passagem): o grande problema reside na estrutura social, e na hierarquia de poder desigual, o que faz com que as vítimas (especialmente crianças) sejam vistas pelos agressores como merecedoras das agressões e castigos que sofrem.

CONCLUSÕES

O grupo extraiu as seguintes conclusões: A. O combate à violência requer a participação efetiva de toda a sociedade, mas cabe aos poderes públicos articular as contribuições, realizar os estudos, e formular as políticas públicas para o setor; B. O levantamento de dados estatísticos e a elaboração de mapas da violência são valiosos subsídios para a identificação da ocorrência da violência, e para definição de estratégias a serem adotadas; C. Políticas públicas de combate à violência e à criminalidade não podem se restringir a ações de polícias, mas devem incluir ações de vários setores de governo, incluindo a participação articulada do Governo Federal, do Governo do Estado e dos Governos Municipais; D. Os jovens devem ser sujeitos especiais do enfoque de uma política de segurança pública, especialmente porque são as maiores vítimas, e estão entre os maiores autores de crimes violentos. E. Devem ser criados canais institucionais de efetiva participação da população, para a prevenção e combate à violência.

Recife, em 27 de maio de 2002.

CONTRIBUIÇÕES GERAIS DOS GRUPOS

Realização de uma campanha sobre gênero, raça e orientação sexual na mídia, a longo prazo, sobre a violência.

Mostrar através da mídia quais policiais temos (civis, militares e outros) falando sobre as suas responsabilidades, mostrando a cara dos policiais e suas responsabilidades.

Produzir uma cartilha regional e trabalhá-la nas escolas.

Criar telefones de emergência 24 horas para mulheres, homossexuais, índios. Criar SITE na Internet para denúncias.

Criar uma estrutura de apoio para combate à violência contra mulheres do interior e mecanismos jurídicos de acompanhamento e segurança.

Inclusão de matérias ao MEC, como currículo escolar o valor da cultura e miscigenação na história do Brasil e seus direitos.

Criar uma comissão nacional (com setores do governo, executivo, legislativo e judiciário e sociedade civil) para fazer diagnóstico do problema e das potencialidades, que oriente inclusive o orçamento para potencializar ações e estratégias.

Capacitação da atenção básica nos aglomerados urbanos para praticar ações e estratégias de promoção da saúde (trabalho intersetorial da comunidade, estímulo à autonomia, etc.) para potencializar no trabalho de prevenção da violência e construir vida saudável.

Enviar cartas aos candidatos à Presidente da República, para que os mesmos se manifestem publicamente o seus compromissos.

Estímulo à criação e fortalecimento de redes sociais.

Criar uma cartilha em formato de quadrinhos ao combate à violência e aos direitos do cidadão, e a mesma seja distribuída nas escolas públicas e nas comunidades em geral.

Convocar o Ministério Público e Secretarias de Cultura para tratar desenvolvimento cultural na sua abrangência, no âmbito da cultura do cotidiano e não apenas setor artístico.

Os setores de segurança pública tem de centrar-se no fenômeno violência. Entretanto, os setores da sociedade deverão centrar-se na construção positiva de respeito, cuidado, conciliação. Enfim, centrar-se na cultura da PAZ, cooperando com UNESCO.

As discriminações e as necessidades especiais das faixas etárias devem ser consideradas no seu conjunto para a construção do planeta para todas as idades.

Como a violência atinge os seres humanos e o ambiente, criar formas de integração com os sistemas estaduais de meio ambiente e os movimentos ecológicos.

Participação das comunidades, das camadas populares. Promover debates, seminários e reflexões acerca do tema da violência, procurando encontrar soluções em conjunto, poder público e sociedade civil, valorizando o saber empírico, necessário para realizar um trabalho de prevenção, cliente das causas da violência.

Promover uma ampla campanha de desarmamento, buscando aprovar projetos de lei que restrinjam e controlem a produção, comercialização e tráfico de armas, com rigor nas penalidades legais

CARTA DO RECIFE

Os participantes do Seminário Violência Urbana e Saúde Pública, realizado no Recife, nos dias 27 e 28 de maio de 2002, numa promoção da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Saúde, da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e da Câmara Municipal do Recife, com o apoio dos Conselhos Estaduais de Saúde da Região Nordeste, reunidos na sua Plenária Final, CONSIDERANDO QUE:

1. a violência urbana no país assume proporções alarmantes que pode ser considerada como uma nova epidemia, haja vista os índices de atendimentos na rede pública de saúde, vinculados às suas diversas manifestações, além do número de óbitos por ela causados;
2. essa violência vai além dos casos de homicídios, assaltos e crimes diversos contra as pessoas, atingindo também uma expressiva camada da população que sofre as mais diversas formas de discriminação e preconceitos, como os pobres, os afro-descendentes, os homossexuais, os idosos, os portadores de deficiências, as mulheres, entre outras;
3. as manifestações dessa violência se dão, principalmente, pela baixa qualidade de vida da população que vive abaixo da linha de pobreza (53 milhões de brasileiros – IPEA 1999) ou mais ainda, dos 23 milhões que nem sequer atingem a faixa de indigência;
4. o déficit habitacional chega à casa dos 6,6 milhões de unidades e atendimento com saneamento básico, principalmente com tratamento de esgotos, atinge apenas 30,2% dos municípios da Região, repercutindo principalmente na taxa de mortalidade infantil que chega a 34,8/1000 no Brasil, facilitam de forma contundente o nível de violência;
5. as desigualdades regionais afetam a população da Região Nordeste com índices de qualidade de vida cada vez mais defasados em relação ao Centro/Sul, produzindo por sua vez maiores injustiças sociais, como demonstram os dados:

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL/1000

Brasil: 34,8; Norte: 32,7; Sudeste: 25,7; Sul: 22,8; Centro-Oeste: 26,1;
NORDESTE: 52,8

FAMÍLIAS POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS

Brasil: 27,6%; Norte: 29,2%; Sudeste: 17,7%; Sul: 22,2%; Centro-Oeste: 26,7%; **NORDESTE: 46,5%**;

6. os fatores de desigualdade que afetam a população do Nordeste, provocam uma baixa qualidade de vida da maioria de sua população, gerando, conseqüentemente, uma incidência maior das diversas manifestações da violência, em seu conceito mais abrangente;
7. o combate à violência requer a participação efetiva de toda a sociedade, mas cabe aos poderes públicos, como articuladores, realizar estudos e formular as políticas públicas para o setor;
8. as políticas públicas de combate à violência e à criminalidade não podem se restringir a ações de polícias, devendo incluir a participação de vários setores dos governos federal, estaduais e municipais;
9. os jovens devem ser sujeitos protagonistas do enfoque de uma política de segurança pública, especialmente por serem as maiores vítimas e estarem entre os maiores autores dos crimes mais violentos;

PROPÕEM:

1. mobilizar a sociedade, no nível local, para que o Estatuto da Cidade seja definitivamente implementado, objetivando a construção de uma nova política urbana, com a constituição dos Conselhos Municipais e a implementação dos orçamentos participativos;
2. mobilizar as Câmaras Municipais e a sociedade organizada dos municípios com mais de 20 mil habitantes, a fim de garantir, junto aos respectivos poderes municipais, a implementação dos Planos Diretores, com a participação da população a partir dos seus conselhos municipais;
3. criar em nível nacional, estadual e municipal, fóruns permanentes de ação em busca da paz e da melhoria da qualidade de vida da população, de forma a evitar a violência em sua raiz;
4. atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais que tratam das ações de saúde pública, investindo na capacitação e melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde que atuam no atendimento às vítimas da violência, investindo também nas condições físicas das unidades de serviços;
5. investir em campanhas educativas junto à população e, principalmente, junto aos motoristas, objetivando reduzir os acidentes de trânsito que vitimam um número cada vez maior de pessoas;
6. atuar junto aos poderes constituídos, no sentido de articular as políticas setoriais de saúde, educação, habitação, assistência social e de emprego e renda, investindo na melhoria da qualidade de vida da população;
7. buscar interagir com os diversos segmentos da mídia e com os parlamentares, objetivando inibir nas mais diversas formas o consumo de álcool pela população;
8. atuar junto aos setores responsáveis pelo planejamento e implementação de políticas, no sentido de promover o mapeamento de dados sobre violência, interagindo com as várias instâncias que

tratam do problema, incluindo os hospitais e profissionais de saúde, os institutos de medicina legal e os organismos policiais.

9. estimular as universidades e entidades de pesquisa, no sentido de aprofundar os estudos de incidência de violência em suas diversas formas, estabelecendo parâmetros de incidências nos diversos segmentos sociais e refletindo sobre suas origens e conseqüências;
10. incentivar as entidades governamentais e não governamentais, para atuarem na prevenção da violência doméstica e na assistência às suas vítimas, com trabalhos multiprofissionais e interdisciplinares, no sentido de minimizar os danos de curto e longo prazos, com a perspectiva da inclusão social;
11. atuar junto à mídia, objetivando a realização de campanhas de utilidade pública, com o objetivo de reduzir o preconceito e a conseqüente violência, sobre gênero, raça, idade e opção sexual;
12. produzir publicações regionais, com apoio de entidades governamentais e não-governamentais, com orientações sobre a cultura da paz na busca da redução da violência, para trabalhos nas escolas e na comunidade;
13. ampliar e aperfeiçoar os atendimentos dos telefones de emergência e denúncia, do tipo 0800, para atendimento a casos específicos de violência contra a população;
14. interiorizar as estruturas e fortalecer as ações de atendimento no municípios, inclusive com mecanismos jurídicos, para coibir a violência contra os grupos discriminados e, principalmente, contra a mulher, a criança e o/a adolescente;
15. atuar através dos setores organizados da sociedade e, principalmente, junto aos parlamentares, para que acionem o Ministério da Educação, a fim de incluir nos currículos escolares matérias que priorizem as questões de cidadania e que visem à redução da violência;
16. mobilizar os setores organizados da sociedade para que enviem correspondências através de fax, correio e meios eletrônicos para os candidatos a presidente da república e a governadores dos estados, para que os mesmos manifestem publicamente seus compromissos com a redução das causas que facilitam a ocorrência das manifestações de violência;
17. mobilizar os setores organizados da sociedade, de forma a convocar o Ministério Público, o Ministério da Cultura e as secretarias estaduais e municipais de cultura, a priorizar a promoção da cultura em suas diversas formas de abrangência e não apenas os setores artísticos formais que, muitas vezes, recebem subvenções e não atendem ao objeto dos recursos que lhes foram repassados;
18. reestruturação dos setores públicos que atuam no controle e combate à violência, com a capacitação e melhoria das condições de trabalho dos policiais (civis e militares), de forma a coibir práticas de corrupção e de desrespeito aos direitos humanos, para que possam agir de forma firme e competente na prevenção e no combate à violência;

- 19. incentivar os segmentos organizados da sociedade a construírem uma cultura da PAZ, buscando atuar junto à população no sentido de reduzir as discriminações e buscar o atendimento ao conjunto de necessidades especiais da população em suas diversas faixas etárias;**
- 20. mobilizar a população no sentido de intensificar o controle das ações de defesa do meio ambiente, inclusive o urbano, uma vez que as agressões ao mesmo atingem não só a geração atual, mas, e principalmente, as futuras;**
- 21. promover uma ampla campanha de desarmamento, buscando aprovar projetos de lei que restrinjam e controlem a produção, comercialização e tráfico de armas, com rigor nas penalidades legais;**
- 22. mobilizar as entidades públicas e da sociedade de forma a promover debates, seminários e reflexões acerca do tema da violência, procurando encontrar soluções em conjunto, aproveitando o conhecimento de todos os seus setores, da universidade ao conhecimento empírico da população, na busca de realizar trabalhos efetivos de prevenção, controle e combate à violência.**

Recife, 28 de maio de 2002

COORDENAÇÃO GERAL: Deputado Djalma Paes – PSB/PE

Equipe Coordenadora:

Nacional:

James Lewis Gorman Jr . – Secretario da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados (CDUI)

Carlos Afonso Cunha – Assessor do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Fernando Cartaxo – Assessor do CNS

Manoel Magalhães – Assessor Técnico da CDUI

Local:

Querubina Éster Diniz – Conselho Estadual de Saúde PE

Renato Barbosa de Souza – Gabinete do Deputado Federal Djalma Paes – PSB/PE

Vicente Torres Mourão – Prefeitura da Cidade do Recife

Fábio Lira – Gabinete do Deputado Estadual João Braga – PV/PE

Anna Célia Mello – Gabinete do Vereador Cordeiro de Deus – PL/Rec

Montagem do Seminário: Aida Monteiro (Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos) Anna Célia Mello (Câmara de Vereadores do Recife), Carlos Afonso Cunha (CNS/MS), Cordeiro de Deus (Vereador do Recife), Cristina Mendonça (Casa de Passagem), Fábio Lira (Assembléia Legislativa/PE), Fernando Spencer (Fórum Médico contra a Violência), Francisca Alves (Conselho Estadual de Saúde/PE), Jacineide Alves Viana (Casa de Passagem), Jane Albuquerque (Conselho Estadual de Saúde/PE), Jazilda Campos (UNESCO), Magali Américo (Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho/PE), Manoel Magalhães (Câmara dos Deputados), Maria do Carmo Gomes (Conselho Estadual de Saúde/PE), Maria Leda de Resende Dantas (Conselho Nacional de Saúde), Maurílio Muniz da Silva (Movimento Acorda Povo), Querubina Éster Diniz (Conselho Estadual de Saúde/PE), Renato Barbosa de Souza (Câmara dos Deputados), Veridiana Ribeiro da Silva (Conselho Estadual de Saúde/PE), Vicente Torres Mourão (Prefeitura da Cidade do Recife)

EQUIPE DE REDAÇÃO FINAL DA CARTA DO RECIFE:

Vereador Cordeiro de Deus PL/PE, Anna Célia Mello (Câmara dos Vereadores do Recife), Maria Cistina de Vasconcelos (Casa de Passagem), Ulisses de Araújo Filho (Assembléia Legislativa de Pernambuco), Alessandra Ximenes (Conselho Estadual de Saúde/PE), Manoel Magalhães (Câmara dos Deputados)

REGISTRO: O Dr. Júlio Jacobo da UNESCO e a Dra. Amparo Araújo do Movimento Tortura Nunca Mais / PE, não estiveram presentes às mesas por motivo de saúde.